



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ROBSON NUNES DA SILVA**

**NARRATIVAS SOBRE A IGREJA ORTODOXA NO LIVRO DIDÁTICO: uma  
história do cristianismo oriental**

**GUARABIRA  
2019**

ROBSON NUNES DA SILVA

**NARRATIVAS SOBRE A IGREJA ORTODOXA NO LIVRO DIDÁTICO: uma história do cristianismo oriental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

**Área de concentração:** História, ensino e currículo.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Naiara Ferraz Bandeira Alves.

**GUARABIRA  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586n Silva, Robson Nunes da.

Narrativas sobre a igreja ortodoxa no livro didático [manuscrito] : uma história do cristianismo oriental / Robson Nunes da Silva. - 2019.

27 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação : Profa. Ma. Naiara Ferraz Bandeira Alves ,  
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Religião. 2. Igreja Ortodoxa. 3. Livro Didático. I. Título

21. ed. CDD 281.9

ROBSON NUNES DA SILVA

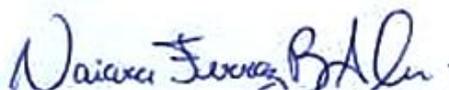
**NARRATIVAS SOBRE A IGREJA ORTODOXA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA  
HISTÓRIA DO CRISTIANISMO ORIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

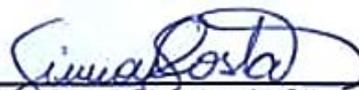
Área de concentração: História, ensino e currículo.

Aprovada em: 27/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Ma. Naiara Ferraz B. Alves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone da Silva Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todas as pessoas, cuja fé promove o bem, DEDICO.

“Seria impróprio, no entanto, além de ser a expressão de um grave preconceito confessional, escrever a história da Ortodoxia com base no catolicismo, isto é, com base no cisma” (MORINI, 2005, p. 24).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Grupos cristãos no Brasil .....	10
Tabela 2 – Cristianismo segundo o IBGE .....	10
Tabela 3 – Considerando outros grupos .....	10
Gráfico 1 – Religiões no Mundo .....	11
Gráfico 2 – Grupos cristãos no Brasil .....	11
Imagem 1 – Divisão do Império Romano .....	14
Quadro 1 – Livros Coletados .....	16
Imagem 2 – Encontros de Papas de Roma e Patriarcas Ecumênicos nos Séculos XX e XXI .....	20

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	12
3	METODOLOGIA .....	14
3.1	Cisma do Oriente ou Grande Cisma? .....	14
3.2	Dos Livros Coletados .....	16
4	DISCUSSÕES .....	17
4.1	Sobre história, historiadores e a imprevisibilidade do fator humano .....	17
4.2	Das narrativas encontradas e suas relações com o Orientalismo...	20
4.2.1	<i>Papas e Patriarcas</i> .....	20
5	CONCLUSÃO .....	23
	REFERÊNCIAS .....	24

## **NARRATIVAS SOBRE A IGREJA ORTODOXA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO ORIENTAL**

### **NARRATIVES ABOUT THE ORTHODOX CHURCH IN THE TEXTBOOK: A HISTORY OF EASTERN CHRISTIANITY**

Robson Nunes da Silva\*

#### **RESUMO**

O ano de 1054 marca, para a maioria dos historiadores, o rompimento da Igreja Cristã do Ocidente, a Igreja de Roma, com suas irmãs do oriente, os patriarcados orientais. Tal rompimento é denominado no Brasil como “Cisma do Oriente”, expressão criticada por historiadores como Morini (2005) que consideram tal expressão uma demonstração da ocultação de detalhes ou, ainda, uma manipulação das narrativas em torno do fato a qual fomos submetidos por séculos. O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento da versão que se tornou documento-monumento na educação e academia brasileiras, comparando-as às narrativas expostas por autores que têm trabalhado sob a perspectiva oriental cristã. Para isso, foram utilizados livros didáticos sob uma análise do que é exposto ou não na sala de aula sobre o tema. Os livros didáticos de autores como Ricardo Dreguer (2006), Oldimar Pontes Cardoso (2006), Francisco de Assis Silva (2001), Nelson Piletti (2005), e Mario Furley Schmidt (2002) são comparados e analisados no intuito de perceber as concordâncias, discordâncias e omissões na educação brasileira sobre narrativas a respeito de temas que mencionem a Igreja Ortodoxa. Obras de autores renomados como as de Circe Bittencourt (1993), Jacques Le Goff (1990), Hilário Franco Júnior (1985) e Peter Burke (1992) compõem o leque de referências utilizadas como norteamento para a composição deste trabalho afim de reforçar a necessidade de desconstrução das narrativas em torno deste tema bastante ignorado ou mal-entendido entre historiadores, facilitando a compreensão sobre os fenômenos de mudança social, cultural, econômica e política que se seguem no Séc. XI no Ocidente.

**Palavras-chave:** Livro didático. Religião. Igreja Ortodoxa.

#### **ABSTRACT**

The year 1054 marks, for most historians, the breakup of the Christian Church of the West, the Church of Rome, with her eastern sisters, the Eastern patriarchates. In Brazil, this rupture is called “Cisma do Oriente”, an expression criticized by historians such as Morini (2005), who considers such expression to be a display of concealment of details, or even a manipulation of narratives we have been subjected to for centuries. This paper aims to make an inquiry on the version that has become a monument document in Brazilian education and academia, comparing it to the narratives exposed by authors who have worked from the Eastern Christian perspective. For this purpose, textbooks were used under an analysis of what is and is not exposed in the classroom

---

\* Aluno de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. E-mail: prof.robsonnunes@outlook.com.

on the subject. The textbooks of authors such as Ricardo Dreguer (2006), Oldimar Pontes Cardoso (2006), Francisco de Assis Silva (2001), Nelson Piletti (2005), and Mario Furley Schmidt (2002) are compared and analyzed in order to understand the agreements, disagreements, and omissions in Brazilian education about narratives regarding themes that mention the Orthodox Church. Works by renowned authors such as Circe Bittencourt (1993), Jacques Le Goff (1990), Hilario Franco Junior (1985), and Peter Burke (1992) make up the range of references used to guide the composition of this work in order to reinforce the need to deconstruct the narratives around this widely ignored or misunderstood theme among historians, facilitating the understanding of phenomena surrounding social, cultural, economic, and political changes that happened in the 11th century in the West.

**Keywords:** Textbook. Religion. Orthodox Church.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar dos esforços para garantir a efetividade das leis que regem a educação escolar no intuito de garantir uma cultura política democrática e laica, o corpo escolar e os alunos esbarram em um problema recorrente, o livro didático. Segundo Mariano (2017) esse material, de origem europeia, chegou ao Brasil no século XIX em forma de compêndios, trazendo consigo o propósito de sistematizar e controlar o ensino e a aprendizagem dos alunos aos moldes da educação francesa.

A partir da década de 1990, diante da denominada Nova História, os livros didáticos passaram a abordar uma história cultural e social cada vez mais atual, introduzindo novas temáticas de discussão com base em narrativas de mulheres, trabalhadores, indígenas e negros, buscando romper com a escola positivista. Porém, é possível perceber que, mesmo com todas essas novas perspectivas, como afirma Mariano (2017, p. 49), “[...] muitos livros didáticos de História do Brasil reproduzem posturas tradicionais, mantêm arraigados certos conteúdos e metodologias que prejudicam o processo de ensino-aprendizagem”.

Certamente, ao longo dos anos, o livro didático passou por diversas modificações e melhorias no que se refere à estrutura, linguagem e tamanho. Essas melhorias também são nítidas esteticamente, sendo perceptível na qualidade e valorização do uso de imagens, mapas, desenhos, inclusive o tipo de papel. Ainda assim, quando se trata de assuntos que envolve representatividade ou historicidade de religiões encontramos certos descuidos ou cuidados tendenciosos. Daí vem a preocupação com as produções e reproduções, banhadas de etnocentrismos, expostas nos livros didáticos.

O etnocentrismo está presente na história das sociedades e conceitua-se como uma percepção de mundo em que o “nosso” grupo é pensado como centro de tudo e os “nossos” valores são colocados como referências para os demais (...). Nesse sentido, essa postura tende a dificultar a maneira como pensamos o diferente, visto que, ao exercermos a alteridade, devemos nos colocar no lugar do outro na relação interpessoal e, assim, exercer a cidadania e estabelecer uma relação construtiva com as diferenças. (MARIANO, 2017, pp. 13-14)

Segundo o IBGE, no Censo de 2010 pouco mais de 166 milhões de pessoas se declararam cristãs no Brasil. Isto correspondia a 87,15% da população brasileira. Historicamente o Brasil, por ter sido colonizado por europeus, foi cristianizado pelos missionários jesuítas desde o Século XVI e, ainda, no período colonial, conheceu o protestantismo com as tentativas francesas e holandesas de se firmarem no país. Embora o protestantismo tenha sido consolidado a partir da abertura dos portos, o catolicismo continuou como religião oficial até o fim do Império no final do século XIX. Desde a separação da relação entre estado e religião com a república, o protestantismo floresceu, sendo hoje o segundo maior segmento religioso do Brasil. Hoje, com quase 42,3 milhões de fiéis, o protestantismo corresponde a 22,16% da população, número que vem aumentando enquanto observa-se que o catolicismo com 123 milhões, que corresponde a 64,63% da população, tem sofrido grande redução ao longo das décadas na república.

**Tabela 1 – Grupos cristãos no Brasil**

<b>POPULAÇÃO BRASILEIRA</b>		
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
GERAL	190.755.799	100,00%
Católica Apostólica Romana	123.280.172	64,63%
Católica Apostólica Brasileira	560.781	0,29%
Católica Ortodoxa	131.571	0,07%
Evangélicas	42.275.440	22,16%
Outras religiosidades cristãs	1.461.495	0,77%
Igreja SUD	226.509	0,12%
Testemunhas de Jeová	1.393.208	0,73%

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (2012) / Produção do autor (2019).

**Tabela 2 – Cristianismo segundo o IBGE**

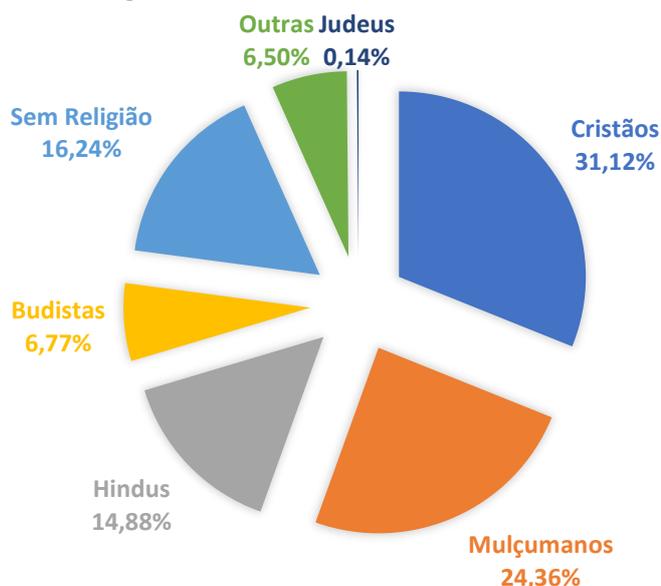
<b>POPULAÇÃO CRISTÃ</b>		
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
GERAL	166.247.964	100,00%
Católica Apostólica Romana	123.280.172	74,15%
Católica Apostólica Brasileira	560.781	0,34%
Católica Ortodoxa	131.571	0,08%
Evangélicas	42.275.440	25,43%
Outras religiosidades cristãs	1.461.495	-
Igreja SUD	226.509	-
Testemunhas de Jeová	1.393.208	-

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (2012) / Produção do autor (2019).

**Tabela 3 – Considerando outros grupos**

<b>POPULAÇÃO CRISTÃ</b>		
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
GERAL	169.329.176	100,00%
Católica Apostólica Romana	123.280.172	72,81%
Católica Apostólica Brasileira	560.781	0,33%
Católica Ortodoxa	131.571	0,08%
Evangélicas	42.275.440	24,97%
Outras religiosidades cristãs	1.461.495	0,86%
Igreja SUD	226.509	0,13%
Testemunhas de Jeová	1.393.208	0,82%

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (2012) / Produção do autor (2019).

**Gráfico 1 – Religiões no Mundo**

**Fonte:** Pew Research Center (2015).

O que de fato nos importa é observarmos que, apesar da maioria ser cristã, não se encontra tão facilmente produções em torno da história do cristianismo, sobretudo oriental como por exemplo raras publicações como as de Maurício Loiacono (2005) e Felipe B. Katz (2011). Os poucos que se interessam geralmente se detêm a um único período ou poucos fatos que geralmente estão relacionados às chamadas Reforma ou Contrarreforma como meio de acusação contra outras confissões cristãs. Inquisição, fogueiras, predestinação e cesaropapismo são termos conhecidos e bastante utilizados em meio às discussões e formações nas catequeses ou escolas dominicais, enquanto outros como Pentarquia, Concílio Ecumênico, Patrística, Didaquê, soam um tanto quanto estranhos, ou até insignificantes, para ouvidos cristãos ocidentais, até mesmo para aqueles que já tenham ouvido falar de forma escassa ou reduzida sobre estes temas.

**Gráfico 2 – Grupos cristãos no Brasil**

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (2012) / Produção do autor (2019).

Entretanto, há um tema que contribui significativamente para a compreensão social da Baixa Idade Média, sobretudo as reformas que se sucederam na Igreja de Roma após o ano 1.000 d.C., considerando que a grande senhora feudal deste período foi a própria Igreja. O chamado “Cisma do Oriente” geralmente é compreendido como o momento histórico em que há uma separação de certa parte da Igreja Católica Romana que, após ter se separado, ficou denominada como Igreja Ortodoxa. Esta visão equivocada e incompleta é replicada anualmente pela maioria dos professores de História em salas de aula ou por formadores e líderes religiosos nas igrejas.

O levantamento feito em livros didáticos para análise e posterior produção deste trabalho nos mostra as semelhanças entre as narrativas apresentadas nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil. A visão de que a Igreja Ortodoxa teria surgido semelhante ao protestantismo, saindo da Igreja Católica Romana, ou a evidente omissão em outros livros sobre a história anterior ao Grande Cisma, ou ainda distorções e exageros sobre a doutrina cristã de quaisquer seguimentos, talvez por má vontade ou falta de conhecimento, só comprova a pobreza de conhecimento em torno deste tema e é, lamentavelmente, uma das origens da ignorância religiosa e consequentemente de preconceitos e fanatismos.

No intuito de contribuir com a temática no meio acadêmico, este trabalho pretende expor as consagradas narrativas, consideradas aqui documentos-monumentos, contrapondo-as com outras há bastante ignoradas ou que ainda são simplesmente desconhecidas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Livro Didático tem sido considerado importante objeto de investigação em produções acadêmicas por diversos educadores e especialistas no Brasil. Apesar da grande complexidade que esse objeto cultural adquiriu e adquire em sua trajetória, vários estudos têm procurado desvendar seu papel na cultura escolar, bem como analisar a natureza da relação estabelecida entre esse material e os sujeitos envolvidos no processo de ensino, considerando ainda que o mesmo se mescla com a institucionalização do sistema educacional brasileiro. A apropriação, uso, contribuição e opinião de professores e estudantes são de extrema importância para este campo de pesquisa. É válido ressaltar também a influência exercida sobre ele pelas transformações no campo epistemológico da disciplina, além de questões relacionadas ao Ensino de História.

Fazer a história da leitura implica em rever o problema do livro e seu caráter ambíguo. Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade de pensamento, **divulgar determinadas crenças**, inculcar normas, regras de procedimento e valores, o livro pode também criar as diferenças porque a leitura que se faz nele ou dele, nunca é única. A leitura de um livro é ato contraditório e estudar seu uso é fundamental para o historiador compreender a dimensão desse objeto cultural. (BITTENCOURT, 1993, p. 5, grifo meu)

Ao afirmar que o ato de ler é contraditório, Bittencourt (1993) evidencia que o leitor, ao menos de início, é livre para desenvolver múltiplas compreensões acerca de um texto. Estas, por sua vez, podem mesmo ser bastante diferentes das desejadas pelo autor ou pelo próprio professor. Roger Chartier (1996, p.98) complementa este pensamento nos alertando que existem inúmeras possibilidades de leitura e

compreensão de um texto. Isso significa que é preciso “reconhecer a pluralidade das leituras possíveis do mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores”. Chartier (1996) ainda expõe que na produção de texto é comum que autores, comentaristas e até mesmo editores considerem que o leitor deva ser submetido a um sentido único, uma compreensão correta e completa do texto, a uma leitura autorizada, ou seja, consideram ter o poder de guiar o entendimento de quem pratica a leitura, ou ainda de indicar suas escolhas a partir dela. No caso dos manuais escolares, tal preocupação é particularmente forte, já que se pretende disseminar conteúdos que devem ser aprendidos de forma idêntica por todos os estudantes.

Há uma evidente centralização do livro didático no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História, sendo diversas vezes o único material didático utilizado pelos milhares de professores e estudantes das escolas públicas brasileiras. Mas isso nem sempre foi assim, na verdade nem sempre foi possível que fosse por diversas circunstâncias. De acordo com Mariano (2017), no Brasil, a princípio, os livros didáticos foram utilizados como recurso para suprir a deficiência na formação dos professores. Dois tipos de livros escolares foram usados: um para o aluno e outro, o livro do mestre, para os professores, com as respostas dos exercícios e das questões propostos no livro do aluno. Vale lembrar que, atualmente, devido às condições de trabalho e excessiva carga horária, muitos docentes acabam recorrendo, até mesmo cotidianamente, aos livros didáticos durante as aulas.

No Brasil, desde 1937, com o Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro, foi criado um órgão com a intenção de avaliar e viabilizar a organização dos livros na educação pública, o chamado Instituto Nacional do Livro. No ano seguinte, por meio do Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabeleceu sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático. Nas décadas de 40 e 60, percebe-se a restrição da escolha do livro por parte do professor e são abertas as portas para editoras norte-americanas através de parceria com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Em 1970, permite-se a participação de editoras nacionais no sistema de coedição do livro didático. Nesta mesma década começa o desenvolvimento do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) e a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático, o que permitirá ao governo assumir a compra de boa parte dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. Porém, devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a partir do fortalecimento de políticas públicas nesta área, a circulação do livro didático foi ampliada, consolidando-se como principal aporte didático no contexto escolar.

Devido a estas ampliações, pesquisas em torno do livro didático como fonte e objeto de estudo também foram ganhando espaço, permitindo discutir e compreender questões político-ideológicas que envolvem todo o processo de organização, produção, comercialização e distribuição do livro didático no Brasil. Assim também foi possível compreender sua existência no cotidiano escolar, como são interpretados e utilizados pelos seus agentes sociais.

Conforme Bittencourt (2013), o livro didático de História possui especial atenção nos debates acadêmicos, sendo objeto de avaliações divergentes, evidenciando sua supremacia no cotidiano escolar. É na prática diária da vida escolar que os livros didáticos são lidos, interpretados e discutidos. Porém, esta instituição,

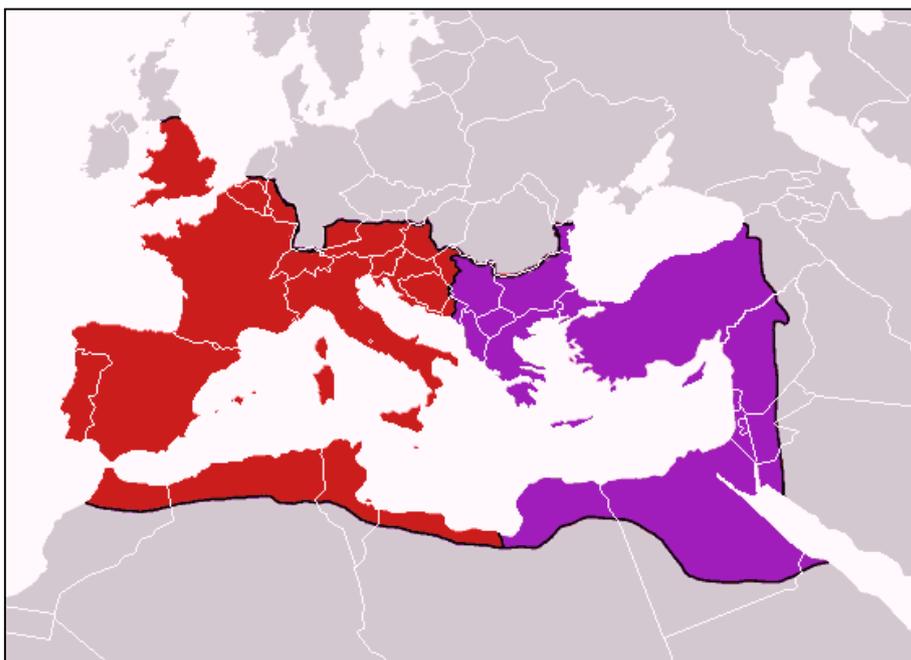
como também nos lembra Bittencourt (1993), abriga no seu interior o conflito e a dominação. Há quem considere a escola como espaço de reprodução e transmissão de ideologias, e de divisão social do trabalho, porém também deve-se considerar que ela produz conhecimento e comporta oposição, e resistência a projetos hegemônicos.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Cisma do Oriente ou Grande Cisma?

O termo cisma tem origem do latim *schisma* que por sua vez provém do grego antigo *σχίσμα* que significa divisão. É usado na historiografia cristã para indicar rompimentos oficiais dentro da Igreja enquanto instituição. O Cisma de 1054 d.C., objeto de análise aqui, não foi o primeiro ou último cisma na Igreja, mas certamente foi o mais impactante na história da cristandade. Isto porque evidentemente comprometera as relações entre as áreas historicamente sob domínio romano em sua última estrutura territorial: Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente.

#### Imagem 1 – Divisão do Império Romano no Séc. IV



Fonte: IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE (2019).

No Brasil, este fato nos é apresentado como o “Cisma do Oriente” ou ainda o “Grande Cisma do Oriente”. Para alguns historiadores esta denominação serve para diferenciar este de outro fato denominado “Grande Cisma do Ocidente”, “Cisma Papal” ou ainda “Grande Cisma” ocorrido de 1378 d.C. e 1417 d.C., porém, para alguns estudiosos como Morini (2005) ou ainda Ware (1993) o termo é mal-empregado, uma vez que pode ser interpretado como algo protagonizado ou consequente da iniciativa do Oriente. Outra questão discutida é que este cisma, por ter sido o maior ao dividir oriente e ocidente cristãos, não pode ser denominado com uma única localidade. Por tanto é de fato o Grande Cisma do Cristianismo, tratado aqui como simplesmente Grande Cisma.

A determinação dos termos está ligada evidentemente a uma constante e insistente prática oriunda do rompimento, se não antes, que sempre pretendeu apagar

ou distorcer a história do cristianismo oriental. Na pesquisa histórica, não é incomum encontrar tais manipulações das narrativas. O que houve de fato foi a criação de um documento monumento, como diz Le Goff (1996), que até hoje se perpetua no ocidente.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p.538)

Desta forma, ao conceber simplesmente o termo que intitula o fato como “Cisma do Oriente” somos imediatamente induzidos às narrativas reforçadas ao longo dos séculos. Dentre as quais se faz gritante a sugestão, mascarada de certezas, sobre a “criação” da Igreja Ortodoxa em 1054 d.C. com as excomunhões mútuas entre os primazes da Igreja de Roma e Constantinopla. Esta narrativa, ignorada por muitos e, tratada como irrelevante por alguns é sem dúvida crucial para compreender outros momentos da história do cristianismo e até do mundo contemporâneo como o resultado da Quarta Cruzada ou ainda a relação entre da Rússia e o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial.

Houve, de fato, durante todo o processo da história cristã a construção de uma identidade compartilhada por todo o mediterrâneo, mas cada região também assinalava suas expressões a partir de sua cultura. Cabe destacar a fala de Franco Jr. (1985, p.92-93) “Contudo, é indispensável acrescer a essa análise o cristianismo. (...) A tradição cristã tinha sua personalidade, não podendo ser considerada apenas um apêndice da cultura clássica”.

Seria ingênuo pensar que em todo o mundo cristão as pessoas partilhassem efetivamente de uma mesma identidade. Cada Igreja local foi, embora a partir do mesmo evangelho, construindo sua própria identidade. A historiadora Pós-Doutora Karina Kosicki Bellotti, professora da UFPR, enfatiza que essa identidade é construída historicamente, dentro de jogos de poder e de legitimação de uma posição perante grupos sociais e culturais. Como menciona Bellotti (2004), o estabelecimento de representações não é pacífico nem consensual, mas conflituoso, pois se cada grupo ou indivíduo se compreende de uma determinada forma, a legitimação de uma identidade passa pela desqualificação de outras.

Além de marcar a presença, historicamente sedimentada na nossa cultura, de fortes estereótipos negativos, preconceituosamente anti-ortodoxos - que vão de acepção deteriorada do termo "bizantino" ao lugar-comum, de origem medieval, do "grego infiel" (graeculus perfidus), resta destacar uma última, mas não desprezível, provocação da qual a Ortodoxia é, ainda hoje, anunciadora, em relação ao Ocidente cristão: trata-se da persistência de um sentido arcaico de hostilidade cultural que o Ocidente ainda nutre nas suas relações com precisas, embora inconscientes, confrontações até em âmbito político-estratégico. (MORINI, 2005, p. 14)

As reformas que se sucederam desde o século XI na Igreja de Roma estão repletas de ideias que reforçaram o sentimento de rejeição à fé, cultura e tudo mais que pudesse vir do oriente cristão. Isso causou um constante distanciamento entre ambos, adestrando o ocidente a considerar os antes vistos como “irmãos” do oriente como hereges, inimigos de Deus e da Igreja causando a primeira matança de cristãos por cristãos em 1204 d.C. na própria Constantinopla.

Ware (1993, p. 90) nos fala de como cantavam os cruzados franceses de Angers enquanto levavam para casa as relíquias saqueadas: “*Constantinopolitana Civita Diu Profana*”. “A cidade de Constantinopla há muito é profana”, tais palavras são vestígios de como o ocidente pensava o oriente após um século e meio de separação. Claro que o processo de percepção desta separação não foi de imediato no século XI, mas a passagem dos cruzados e todas suas terríveis ações em Constantinopla já nos mostram o quão o ocidente alimentou um sentimento de ódio contra o oriente. Consequentemente, este fato soma-se a outros que contribuem até hoje para a ainda existente separação. Como diz Ware (1993, p. 91) “Depois de 1204 não pode haver dúvidas de que o Oriente e o Ocidente cristãos estavam separados”.

### 3.2. Dos Livros Coletados

Para início da pesquisa, foi feito um levantamento de livros didáticos de história do ensino fundamental com a intenção de encontrar em seus conteúdos possíveis encontros diretos ou indiretos com a temática de pesquisa que pudessem servir para a análise bibliográfica. Os livros coletados são oriundos de acervos particulares e de algumas bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino. Após a coleta foi contabilizado o total de 10 livros didáticos, dentre os quais um é para turmas de 3ª série do ensino médio.

Durante a leitura do material foi feita uma seleção de trechos dos livros, os quais trazem narrativas de interesse para a discussão. A maioria dos livros foram publicados entre 2002 e 2006. Porém, por motivos específicos, três deles fogem desta regra. O livro Caminho dos Homens de Flávio Costa Berutti e Adhemar Marques, para turmas da 3ª série do ensino médio, foi incluído por possuir uma nota explicativa sobre a Igreja Ortodoxa na página cujo conteúdo apresenta textos sobre a Revolução Bolchevique. O livro História Geral: 1º grau de Francisco de Assis permaneceu no intuito de analisar as possíveis mudanças e permanências de narrativas que o autor poderia ter feito ao longo dos anos, comparando-o com seu livro de 2006. Já o livro Trabalho e civilização: a humanidade em construção, de Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes, publicado em 1999 permaneceu como exemplo de ausência da temática.

**Quadro 1** – Livros coletados

LIVRO	AUTOR	EDITORA	ANO
<b>História Geral: 1º grau</b>	Francisco de Assis	Moderna	1994
<b>Trabalho e civilização: a humanidade em construção</b>	Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes	Moderna	1999
<b>História &amp; Vida integrada</b>	Nelson Piletti e Claudino Piletti	Ática	2002
<b>Nova História Crítica</b>	Mario Furley SCHMIDT	Nova Geração	2002
<b>História &amp; Vida integrada</b>	Nelson Piletti e Claudino Piletti	Ática	2005
<b>História hoje: manual do professor</b>	Oldimar Pontes Cardoso	Ática	2006
<b>História: conceitos e procedimentos</b>	Ricardo Dreguer e Eliete Toledo	Atual	2006

<b>História: da pedra e do bronze</b>	Francisco de Assis	Moderna	2006
<b>Projeto Araribá: História</b>	Maria Raquel Apolinário Melani	Moderna	2006
<b>Caminhos do homem: do imperialismo ao Brasil no século XXI</b>	Flávio Costa Berutti e Adhemar Marques	Base Editorial	2016

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

## 4 DISCUSSÕES

### 4.1. Sobre história, historiadores e a imprevisibilidade do fator humano

Jaques Le Goff (1990), sendo uma referência clássica da historiografia medieval e da teoria da história constitui uma das bases teóricas para esta produção. Dentre suas contribuições para o estudo historiográfico, o conceito de Documento-Monumento é base de toda discussão em torno das narrativas aqui apresentadas. Muito embora sua produção sobre o medievo seja de grande importância e tenha trazido uma nova visão sobre a História Medieval, tratam exclusivamente da parte ocidental quando se refere à história do cristianismo. Por tanto, tais registros não estarão tão presentes neste trabalho, por outro lado, a visão histórico-antropológica desenvolvida por ele sim.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 1990, p.540)

Le Goff (1990), ao citar o filósofo Paul Ricoeur, traz a brilhante e fatídica visão de que a história é por natureza inexata. Tal revelação embora considerada tão pessimista quanto verdadeira pelo historiador, vai de encontro aos fatos aqui estudados uma vez que não é correto para o ofício historiográfico tomar ou tornar as narrativas como verdades indubitáveis. Não é saudável para o historiador transformar narrativas em verdadeiros dogmas historiográficos, buscando atribuir à história aquilo que não lhe é natural: a exatidão como uma verdade absoluta.

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. (...). Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados (Ricoeur, 1961, p. 226 apud LE-GOFF, 1990, p. 22, grifo do autor)

Sobre ética do ofício em estudos e produções como este, Le Goff (2010, p. 13), falando sobre escrever história das religiões, em particular a do cristianismo, afirma que “existe para o historiador, e conseqüentemente no saber humano, uma história de Deus. ”, mas conclui dizendo que embora uma de suas obras também trate disso, toda produção deve ser feita com “um respeito absoluto pelas crenças”. Há uma necessidade de se considerar estas produções, uma vez que ignorar certos detalhes do imaginário e religiosidade, pode comprometer a qualidade de uma pesquisa historiográfica.

Jaime Pinsky (2013) traz à discussão a visão do Antropólogo Jack Goody, a quem define como uma espécie Hobsbawm da Antropologia pela grande contribuição para os estudos da área. No capítulo denominado “Como roubar a história dos outros”, Pinsky apresenta com grande ênfase a visão crítica de Goody a respeito do desprezo por meio de inferiorizações, omissões e distorções que o Ocidente comete em relação à história e cultura das sociedades do Oriente. Literalmente afirma que o Ocidente não apenas distancia o conhecimento sobre o Oriente como rouba seus fatos, suas histórias. Ainda elenca nomes célebres do ocidente. “Assim, ele acusa teóricos fundamentais, como Marx, Weber, Norbert Elias e questiona enfaticamente Braudel, Finley e Perry Anderson por esconderem conquistas do Oriente e mesmo de se apropriarem delas em seus escritos. ” (PINSKY, 2013, p.41). Ainda acusa medievalistas de tentarem enfeitar uma época violenta pelo simples fato de ser a origem da Europa e do próprio Ocidente.

Não reconhecer as qualidades do outro é o melhor caminho para não se dar conta do potencial dele. (...) percebe certo desprezo pelo Oriente, que já custou e pode ainda custar mais caro ao mundo ocidental. (...). Arrasa os medievalistas que querem transformar um período violento, repressivo, dogmático e sem muita criatividade (a Idade Média) em algo simpático e palatável, só por ser, supostamente, a época da criação da Europa (e, portanto, do conceito de Ocidente). (PINSKY, 2013, p. 41)

É certo que o imaginário medieval, seja no oriente ou ocidente, era inundado por uma significação teocrática. A religião era chave fundamental para a disputa de poder. “O clero, naturalmente, desempenhava nessas batalhas simbólicas o papel central, pois, sendo o grande intermediador entre a humanidade e a Divindade, atribuía a si mesmo o poder de indicar os elementos a serem combatidos [...]” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 147). Hilário Franco Junior (1985), medievalista é aqui utilizado por ser um dos autores ocidentais estudados a tratar com tamanha responsabilidade sobre as características da sociedade bizantina. Embora não tenha se encontrado grandes menções a respeito da religiosidade, ou da Igreja do Oriente em si, diversos trechos de sua obra O Império Bizantino de 1985, tratando de aspectos sobretudo políticos, contribuíram para esta pesquisa. Franco Jr., em parceria com Ruy de Oliveira e Andrade Filho, revelam a beleza histórica do Império Bizantino e toda a herança cultural produzida nele. Isto ajudou a encontrar de forma mais coesa as relações entre sociedade e religião tão necessárias para esta produção. Sobre a importância da fé cristã para o Império Bizantino, Franco Jr. (1985, p.12) afirma que “tal fator (...) fornecia a fundamentação do poder imperial, a motivação básica e a justificativa da política exterior, os temas e o significado da produção cultural”.

O Império Bizantino foi a fusão da tradição helenística com a tradição romana realizada através do cristianismo. Por isso mesmo é que Bizâncio se diferenciava do Ocidente [na Idade Média], onde a tradição helenística era

fraca e os elementos latinos e germânicos é que foram fundidos pelo cristianismo para formar o que se chama de civilização ocidental cristã. (...) O Ocidente (...) deve-lhe vários pontos de apoio de seu progresso cultural e material (...). Sem Bizâncio, os árabes ficariam o que eram na época de Maomé, semibárbaros. (FRANCO JR., 1985, p. 93)

Enrico Morini (2005), professor de História e Instituição da Igreja Ortodoxa pela Universidade de Bolonha na Itália, é uma das referências sobre historiografia do cristianismo oriental. Sua obra *Os Ortodoxos: o oriente do ocidente*, publicada pela editora Paulus em 2005, não poderia estar fora das principais referências deste trabalho já que é um dos expoentes sobre o tema. Nesta obra, Morini nos apresenta uma série de fatos em momentos históricos distintos que revelam as causas e consequências da polarização entre oriente e ocidente no mundo cristão e nos abre portas para um início de compreensão sobre a imensidão de detalhes desconhecidos no universo da fé cristã do oriente.

Dentre as críticas feitas por Morini (2005), destaca-se o fato da maioria dos historiadores ocidentais tratarem a representação da Igreja Ortodoxa a partir de uma rasa comparação com a Igreja Romana ou discutirem toda a história do cristianismo oriental a partir da visão ou própria historiografia da igreja ocidental. Por isso este autor foi escolhido como referência, uma vez que, com propriedade, trata da visão oriental dos fatos aqui discutidos.

Seria impróprio, no entanto, além de ser a expressão de um grave preconceito confessional, escrever a história da Ortodoxia com base no catolicismo, isto é, com base no cisma, quase pressupondo que ela assume uma identidade própria e uma individualidade precisa só no momento em que se rompe a comunhão dogmática e canônica com Roma (como, aliás, vai acontecer com o protestantismo). (MORINI, 2005, p. 24)

Uma das descobertas nesta pesquisa foi o historiador norte-americano de ascendência grega Speros Vryonis Jr, falecido em março deste ano. Vryonis Jr. Dedicou-se como historiador especialista sobre história bizantina, balcânica e grega, publicando também obras voltadas as relações greco-turcas. Sua obra *Bizâncio e Europa*, de 1968, foi utilizada aqui para comparação de narrativas sobre os fatos que envolvem oriente e ocidente cristãos. Apesar de poder tender ao lado oriental das narrativas, é um dos poucos que demonstram uma afirmação de que a separação entre as igrejas do oriente e ocidente foi consequência de ambos os lados, embora deixe bem claro que o evento de 1054 tenha sido protagonizado por um cardeal romano. Vryonis Jr. (1968, p. 145) afirma que “a presença de sacerdotes ambiciosos nos tronos de Roma e de Constantinopla foi a faísca que fez deflagrar as divergências explosivas que separavam a Igreja Católica da Ortodoxa”.

Todos os livros, artigos e demais produções encontradas sobre história do cristianismo ortodoxo tem como referência as obras do Bispo Timothy “Kallistos” Ware, sobretudo a obra de título simples *The Orthodox Church* que é vista como uma das referências para a historiografia do cristianismo oriental apesar da evidente emoção presente na sua escrita. Apesar de não ser historiador de formação, Ware (1993) contribuiu com uma espécie de organização comentada em seu livro. Infelizmente ainda não houve uma publicação oficial de sua obra em Português apesar de já haver traduções disponibilizadas em sites das Igrejas Ortodoxas no Brasil. Para este trabalho foi feita uma leitura da tradução cedida pelo Pe. Pedro Oliveira.

#### **4.2. Das narrativas encontradas e suas relações com o Orientalismo**

Friedrich Max Müller (1873), historiador das religiões, já havia descoberto o método comparativo e afirmava que só é possível iniciar um estudo sobre uma religião desconhecida comparando-a àquela que o pesquisador conhece. Por isso, é comum para quem começa a estudar o cristianismo oriental tentar compreendê-lo a partir de comparações, sobretudo com o catolicismo romano. Infelizmente, em meio a esta tentativa, ocorrem erros de interpretação e surgem compreensões equivocadas a respeito de seus ritos, organização, doutrina e símbolos.

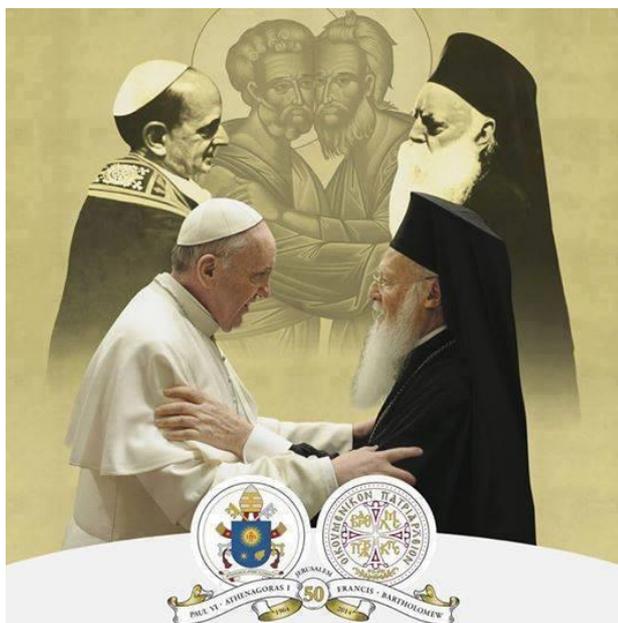
Neste ponto, é válido relembrar o trabalho de Edward Said (2007) discutindo que a representação “ocidental” do que é o “Oriente” não condiz com as culturas e os povos que de fato viviam ali; eram mais uma tentativa de diferenciação e uma pretensão de justificação do poder colonial do Ocidente sobre o Oriente. Como consequência, temos um processo histórico de investimento que fez do Orientalismo uma base de conhecimento sobre o Oriente. Sobre essa rede que filtra ou traduz as informações sobre o Oriente, Said comenta:

O Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimentos sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura em geral (SAID, 2007, p.34).

#### 4.2.1. *Papas e Patriarcas*

Á fim de evidenciar tais equívocos, foi preciso elencar dois dos pontos mais discutidos e apontados nas narrativas encontradas. O papel do papa de Roma no mundo cristão pré-cismático e a administração da Igreja Ortodoxa com o papel do patriarca ecumênico

**Imagem 2** – Encontros de Papas de Roma e Patriarcas Ecumênicos nos Séculos XX e XXI



Fonte: COMMUNIO (2014).

Os livros didáticos analisados aqui tendem a reproduzir uma versão da figura do papa de Roma que já não é aceita na historiografia cristã tanto por especialistas do oriente como do ocidente. A maioria afirma que o bispo de Roma, também chamado de papa, teria sido desde o estabelecimento da relação entre igreja e estado, se não antes, a figura eclesial com poder sobre todo o mundo cristão e que o clero bizantino num determinado momento teria se rebelado por não aceitar ser submisso ou por querer tal poder. Tais suposições, ou afirmações, podem ser encontradas em narrativas, como por exemplo “No topo dessa hierarquia encontrava-se o **papa**, chefe absoluto da Igreja, considerado sucessor de São Pedro, o fundador da Igreja católica”. (SILVA, 1994, P. 126, grifo do autor). Ou no enunciado da segunda questão de uma atividade proposta por Melani onde ela diz que “O cristianismo surgiu na Judéia, uma província do Império Romano, e se instalou em Roma, **sob a autoridade do papa**. Séculos depois, o poder do papa foi questionado e a Igreja se dividiu”. (MELANI, 2006. P. 221, grifo meu).

Até o século IV, enquanto Roma ainda era a capital do Império, seu bispo **exercia maior influência** sobre as decisões da Igreja. Ele acreditava que sua autoridade vinha de São Pedro, que teria vivido em Roma e é considerado o primeiro papa. **Com o tempo, os bispos do Império bizantino começaram a contestar a supremacia do bispo de Roma**. (CARDOSO, 2006, P. 227, grifo meu).

O resultado foi que o **chefe dos cristãos**, o bispo de Roma (também chamado de papa), tinha muito prestígio. Os papas buscavam a proteção dos reis bárbaros convertidos ao cristianismo. (SCHMIDT, 2002, P. 237, grifo meu).

Cabe ainda uma comparação entre as narrativas apresentadas por Francisco de Assis Silva em suas duas obras aqui analisadas:

No início a organização clerical era simples. Cada comunidade cristã possuía, eleito pelos fiéis, os **padres**, responsáveis pelo ensino da religião e pelas cerimônias, e os **diáconos**, responsáveis pela administração e assistência à comunidade. Na Idade Média os padres passaram a dirigir as **paróquias**, que eram pequenos distritos. O conjunto de várias paróquias formava uma **diocese**, dirigida por um bispo. Várias dioceses formavam uma **arquidiocese**, dirigida por um **arcebispo**. (SILVA, 1994, P. 126, grifo do autor).

A princípio, a organização clerical era simples. Havia os **padres** - responsáveis pelo cerimonial e pelos ensinamentos da religião - e os **diáconos** - responsáveis pela administração. Com o tempo, essa organização tornou-se mais complexa. Os padres e os diáconos passaram a escolher os **bispos**, cuja nomeação deveria ser aprovada pelos fiéis. O principal bispo de Roma. Mais tarde, os bispos passaram a nomear os padres e os diáconos, e foram criadas escolas para formá-los. O bispo de Roma foi elevado à categoria de **papa**, ou seja, o chefe de toda a Igreja. (SILVA, 2001, P. 186, grifo do autor).

Há notoriamente um exagero acerca do verdadeiro papel do papa de Roma no mundo cristão pré-cismático, o que pode gerar grandes confusões ao leitor. Franco Jr. (1985) apresenta os aspectos econômicos, políticos e até algo sobre a igreja no sistema cesaropapista, mas não faz nenhuma menção sobre o controle ou chefia do papa de Roma sobre o clero de Bizâncio. Também não comete o erro de atribuir ao

patriarca poder semelhante, nem ao menos à própria igreja de Constantinopla. Pelo contrário, faz distinção entre oriente e ocidente apontando suas diferenças culturais.

O Império Bizantino foi a fusão da tradição helenística com a tradição romana realizada através do cristianismo. Por isso mesmo é que Bizâncio se diferenciava do Ocidente [na Idade Média], onde a tradição helenística era fraca e os elementos latinos e germânicos é que foram fundidos pelo cristianismo para formar o que se chama de civilização ocidental cristã. (...) O Ocidente (...) deve-lhe vários pontos de apoio de seu progresso cultural e material (...). Sem Bizâncio, os árabes ficariam o que eram na época de Maomé, semibárbaros. (...) (FRANCO JR., 1985, p. 93)

Morini (2005) nos oferece um detalhamento que, quando associado às produções de Franco Jr. (1985), Ware (1993) e Vryonis (1968) nos possibilita uma visão mais rica de como a Igreja se organizou junto ao Império Romano. Há uma expressão usada para definir a ideia de liderança ou o que alguns como Berutti e Marques (2016) vão chamar de “liderança espiritual honorífica”, que pode ser interpretada como alguém além do seu significado. Trata-se da palavra Primazia. Há uma extrema dificuldade para escritores ocidentais compreenderem o significado desta palavra no cristianismo oriental e, por diversas vezes, lhe atribuem a sinonímia de supremacia, isto é, um poder sobre os demais.

Os patriarcas, metropolitas, arcebispos são comumente chamados de primazes. Um primaz de uma igreja não tem poder sobre os bispos desta igreja. Ele é um bispo com uma honra especial, ele é o primeiro entre seus iguais. Desta forma entre os próprios líderes destas igrejas há uma sequência de honra, mas nunca houve um que tivesse autoridade sobre outro. Esta estrutura existe oficialmente desde o Século IV, quando em 325 d.C. o Imperador Constantino convocou o primeiro Concílio Ecumênico na cidade de Nicéia. Foi neste concílio que se delimitou as áreas de atuação da Igreja com três grandes cidades como sede. O patriarca de Roma, capital do Império, ficou como primeiro em primazia, daí a expressão *primus inter pares*, seguida por Alexandria e depois Antioquia.

Mas foi em 381 d.C., no Concílio de Constantinopla, que todo o território foi organizado de forma permanente. O patriarca de Roma continuou como *primus inter pares* pelas mesmas razões políticas, porém logo após ele vinha o patriarca de Constantinopla, a segunda Roma; o que demonstra que a organização da honraria foi feita por critério político e não teológico; na sequência viria o patriarca de Alexandria, também chamado de papa, depois o de Antioquia e por último o patriarca de Jerusalém. Cada patriarca presidindo o sínodo de bispos de cada igreja, não se metia nos assuntos dos demais. Sua função era administrar o colégio dos bispos e o território confiado a estes.

Na tentativa de talvez equilibrar as narrativas, outros autores acabam causando grande confusão ao afirmar que o chamado patriarca ecumênico seria uma espécie de papa ortodoxo que teria poder sobre todos os demais patriarcas e bispos no mundo. Melani (2006, p. 215) chega dizer que “O líder máximo dessas igrejas era o patriarca de Constantinopla”. Mais adiante afirma “A Igreja Ortodoxa nega a supremacia do papa. A autoridade máxima dessa igreja é o patriarca.” (MELANI, 2006. P. 220). Ou ainda Silva (1994), falando sobre o Cisma de 1054, diz que “(..) o cristianismo passou a ser representado por duas igrejas: a **Igreja Católica Apostólica Romana**, cujo chefe é o papa, e a **Igreja Cristã Ortodoxa**, chefiada pelo patriarca. (SILVA, 1994, P. 128, grifo do autor).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto neste trabalho, fica evidente que o assunto em questão, embora aparentemente não seja de grande interesse para a maioria dos historiadores, é de suma importância e merece uma atenção maior na produção de livros didáticos, uma vez que um assunto tão delicado é tratado de forma explicitamente unilateral, orientalista, ignorando uma série de fatos anteriores e narrativas do próprio oriente.

Por mais que nos esforcemos em construir ou propor uma nova história do oriente cristão, devemos considerar nossa distância não apenas geográfica, mas cultural correndo sempre riscos, pois “quem ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente – seja um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo – nos seus aspectos específicos ou gerais é um orientalista, e o que ele ou ela faz é Orientalismo” (SAID, 2007, p. 28).

Contudo, sabemos que não é possível um registro efetivo e total da realidade. É necessário considerar, de acordo com Burke (1992, p. 27), que tais limitações, somadas a outras, como a impossibilidade de se compreender todo o universo de intuições, ideologias e acontecimentos num estudo, ou mesmo, em decorrência das condições nas quais os fatos observados, os relatos registrados, as narrativas selecionadas, são feitas inevitavelmente segundo interesses, crenças, valores e preconceitos de quem escreve. Sendo assim, os dados e a bibliografia utilizada para a produção do próprio livro didático e outros gêneros são, em sua maioria, filtrados pela visão dominante, registrados nos códigos e pelo prisma desta concepção.

(...) controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. (...) cada vez mais eles /o Estado autoritário/ entregam a cada um e a todos um passado uniforme. E surge a revolta entre aqueles cuja história é proibida (Ferro, 1983, p. 11)

Se em cada sociedade há uma “matriz historiográfica” prevalecente que marca sua consciência coletiva, logo a história que se ensina permite distinguir a identidade de uma dada sociedade (Ferro, 1983, p. 12-14). Em sociedades traumatizadas por rupturas abruptas ou violentos atos de guerra, os vitoriosos apressam-se em reescrever a história “oficial” do ocorrido a fim de legitimar suas ações e melhor ordenar a sociedade, intentando suprimir revoltas e contestações. Assim considera-se neste trabalho que formas como as narrativas expostas nos livros didáticos analisados são vestígios dos jogos de poder ocorridos na formação do ocidente a partir da Idade Média, consolidando-se com o processo de colonização e chegando aos dias de hoje.

Porém, como já explicitado pelos autores utilizados neste trabalho, esta pesquisa pretende ter seguimento. Este servirá para outros trabalhos cuja temática seja o cristianismo oriental ou ainda a Igreja Ortodoxa, especialmente no Brasil e na Paraíba.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia, Religião e História Cultural. **Revista de Estudos da Religião**. Nº 4. 2004, p. 96-115.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CHARTIER, R (org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CARDOSO, Oldimar Pontes. **História hoje: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em: jul. 2019.

COMMON Declaration of Pope Francis and Patriarch Bartholomew. In: COMMUNIO. 2014. Disponível em: <<http://communio.stblogs.org/index.php/2014/05/common-declaration-of-pope-francis-and-patriarch-bartholomew/>> Acesso em: 25 nov. 2019.

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. **História: conceitos e procedimentos**, 5ª série. 1. ed. São Paulo: Atual, 2006.

FERRO, Marc. **A Manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_.; ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **O Império Bizantino**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Imp%C3%A9rio\\_Romano\\_do\\_Ocidente&oldid=56815797](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Imp%C3%A9rio_Romano_do_Ocidente&oldid=56815797)>. Acesso em: 08 ago. 2019.

KATZ, Felipe Beltran. Igrejas Ortodoxas na Cidade de São Paulo: Discurso, Identidade Cultural e Fé na Metrópole. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Deus da Idade Média**: conversas com Jean-Luc Pouthier. trad. Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOIACONO, Maurício. A Igreja Ortodoxa no Brasil. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n. 67, p. 116-131, set./nov., 2005.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2017.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. **Projeto Araribá**: história/ obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORINI, Enrico. **Os ortodoxos**: o oriente do ocidente. São Paulo: Paulinas, 2005.

MÜLLER, Friedrich Max. **Introduction to the Science of Religion**: four lectures delivered at the Royal Institution with two essays on false analogies, and the philosophy of mythology. London: Longmans, Green, and Co., 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/introductiontosc00ml/page/n6>>. Acesso: 07 mar. 19.

PEW RESEARCH CENTER. The Future of World Religions: Population Growth Projections: 2010-2050. 2015. Disponível em: <<http://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/>>. Acesso em: jun. 2019.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida integrada**: livro do professor. São Paulo: Ática, 2002.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais João e Rosane pelo esforço e dedicação que sempre prestaram em prol da minha educação, dia a dia, sol a sol em cada feira-livre, a cada calçado vendido, a cada “não” dado e a cada “sim” possível. A minha esposa Sofia Lidiane e filhos Lucas Raonny e João Gabriel e toda minha família por todo amor e incentivo, cada qual a sua maneira.

A S. Ex.<sup>a</sup> Rev<sup>ma</sup> Dom Crisóstomo, Arcebispo Ortodoxo do Rio de Janeiro e Olinda-Recife e S. Ex.<sup>a</sup> Rev<sup>ma</sup> Dom Ambrósio, Bispo Ortodoxo de Olinda-Recife. Aos reverendíssimos padres Arquimandrita Jerônimo, Presbítero Emiliano Camilo e Diácono George. Aos reverendos subdiáconos, leitores e acólitos, de modo especial ao Rev. Monge Mário pela revisão e sugestões no *abstract*. À Irmã Noemi, minha comadre querida, e todos os paroquianos, irmãos e irmãs de fé cujas orações possibilitaram o fim desta jornada, de modo especial a Dora Saclarides, amiga e irmã de fé que a bastante tempo espera pela conclusão deste trabalho, obrigado pelas orações, incentivo e adequação do *abstract*.

A todos professores e professoras que desde a pré-escola no Jardim I se empenharam na esperança de promover uma sociedade digna, justa e repleta de boas pessoas, na esperança de que eu fosse uma dessas. De modo especial, aos digníssimos mestres da vida e da academia com quem pude tornar-me historiador, Prof.<sup>a</sup> Ma. Naiara Ferraz, que com carinho, paciência e coragem aceitou o desafio de me orientar, ao Prof. Dr. Carlos Adriano, nosso eterno “capitão” que numa alegre e sincera entrega de sua didática nos mostrou com maestria a magia de ensinar. À Prof.<sup>a</sup> Ma. Rita Cavalcante, que em meio aos esforços em nos ensinar a teoria das leis na educação nos ensinou na prática a luta por direito, justiça e pelos valores que levarei até meus últimos dias, a ela eterna gratidão, carinho e admiração. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna, que em meio às disciplinas ministradas me mostrou no equilíbrio entre rigidez docente e acolhimento fraterno o amor na arte de ser professora. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Mariana, pela genialidade e personalidade inspiradora com a qual tem semeado uma verdadeira paixão pela história no coração de calouros e veteranos. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Costa pelas lições e conselhos sobre a prática docente e gentil ajuda na finalização deste trabalho. Ao Prof. Dr. Ruston Lemos, pela brilhante história enquanto historiador. Ao Prof. Especialista Gilvan, que na simplicidade e alegria foi talvez aquele que mais conquistou territórios nos corações, revelou-nos no seu bordão “professor ganha pouco, mas se diverte” a essência e o amor pela profissão docente, grande mestre da vida. Prof. Dr. Martinho Guedes, Prof. Dr. Azemar Júnior, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joedna, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzel Oliveira da Rosa, que com voz branda e sotaque gaúcho-paraibano se revelou mulher forte que semeia em meio às lutas de outras mulheres, de perto, de longe. Ao Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas, cuja força de espírito é digna de reverência, verdadeiro patriarca do campus e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivonildes Fonseca verdadeira rainha e matriarca deste campus e a tantos outros cuja aproximação não foi tanta, mas são igualmente dignos e dignas de admiração, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cibele Leal, Prof. Dr. João Bueno, Prof. Dr. Cristiano Luis Christilino, Prof. Dr. Juvandi, Prof.<sup>a</sup> Evelyn Faheina, à Prof.<sup>a</sup> Especialista Ronia Costa, pela amizade, sorriso e abraços acompanhado das mais importantes orientações sobre psicologia do desenvolvimento e aprendizagem.

A todos os colegas de profissão e profissionais da educação com quem pude aprender ainda estando em formação, de modo especial aqueles que para mim são exemplo e inspiração Prof. Me. Aldo Mendonça, Prof. João Bezerra e Prof. Eduardo “Patão” que antes foram meus professores, Prof. Manoel Miranda, Prof. Leandro

Rocha, Prof.<sup>a</sup> Jussara Santos, Prof. Rivanildo dos Santos, Prof. Arnóbio Lima, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Líbia Queiroga, Prof. Messias, Prof. Luiz Ferreira, Prof. Erivelton Cícero, Prof. Fábio Rodrigues, Prof.<sup>a</sup> Raquel Lima, Prof.<sup>a</sup> Glicéria Tavares, Prof.<sup>a</sup> Myrtes Pérez, Prof.<sup>a</sup> Gerlane Pereira, Prof.<sup>a</sup> Analice Ferraz, Prof.<sup>a</sup> Rosa Santana, Prof.<sup>a</sup> Edilaine Lourenço e todos os demais cujos nomes não caberiam em um livro.

A cada estudante com quem puder trocar experiência e conhecimento ao longo desta curta vida docente. Especialmente aos meus eternos membros da B.M.M.F. e todos aqueles que participam ou participaram da minha tutoria na ECIT João da Matta Cavalcanti de Albuquerque, de modo especial aqueles que se dedicam até hoje em construir uma educação digna, gratuita e de qualidade como Denilson Araújo, Rute Sales, Melkênia Miranda e Jussara Alves. Cada esforço e desejo de melhoria enquanto professor é por vocês.

Aos meus colegas da turma 2013.1, de modo especial aos nobres amigos historiadores Alexandre Araújo, Alex Cavalcante, Lailton Barbosa e Wellington Pereira (*in memoriam*) cujo riso, sabedoria e conhecimento pude apreciar, partilhar e aprender. Gratidão pela vida e conhecimento compartilhado com os nobres colegas historiadores e historiadoras André Espínola, Vitória Diniz, Vanessa Costa, Rogério Chaves, Rafael Felisberto, Samuel Araújo, valentes combatentes que conquistaram a escapelo no tempo, apesar das dificuldades. Agradeço a tantos outros como o grande poeta Flávio Sousa, a grande artista e historiadora Djanira Menezes, aos amigos Tony e Danilo, Raquel Mastrorosa, Luana Moura, Roberto Borges, Maedna e Karol, France Nunes, Marcele Cabral, aos participantes das intervenções e movimento na luta pelo campus, ao Vale e a tantos outros que com modesta aproximação certamente deixaram suas marcas.

Aos colegas companheiros e companheiras de viagens rumo à Guarabira-PB, de modo especial as minhas amadas amigas Débora Dantas e Paula Costa, cujos laços a vida fez questão de dar “nó cego”. À Prof.<sup>a</sup> Me. Aline Marques e sua irmã Alice Marques, por cada gesto de amor, cada gargalhada, cada discussão sobre temas que sem os quais não haveria sentido nosso empenho na formação.

Aos motoristas que participam e possibilitam a conquista da graduação de muitos guiando os ônibus com responsabilidade e destreza, de modo especial aos meus amigos Fão, Renato, Dinho e Leandro que aguentaram minhas brincadeiras, cantorias e bagunça neste tempo de formação.

A cada funcionário deste campus, da limpeza, segurança, auxílio administrativo, que com muita luta e esforço, tem manifestado sua alma em qualidade de infraestrutura com conforto e beleza, de modo especial ao genial Amarildo Lucena. Aos trabalhadores autônomos de modo especial à D. Lúcia, seu marido e sua filha Jéssica, Naná e Edna pela preciosa culinária que dá sabor neste campus e que pude apreciar ao longo destes anos.

E a todas as forças que consciente ou inconscientemente me trouxeram até aqui, muito obrigado.